



INTEGRAR

Plano anual de trabalho – 2022



**Instituto
Rui Barbosa**
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



ATRICON

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

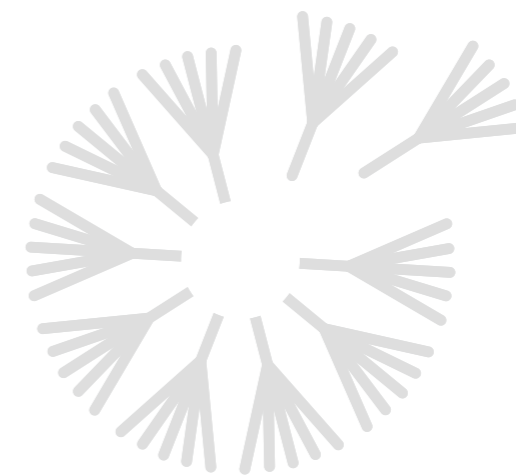
Ministra Ana Arraes

**ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL**

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

INSTITUTO RUI BARBOSA

Conselheiro Ivan Lelis Bonilha



INTEGRAR

Plano anual de trabalho – 2022

Brasília, 2021



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Sumário

1. Introdução	7
2. Processo de elaboração do Plano	8
2.1. Diagnóstico dos Tribunais de Contas 10	
2.2. Diagnóstico das entidades representativas do Controle Externo Brasileiro	16
2.3. Seleção das áreas prioritárias	20
3. Formas de Cooperação	24
4. Discussão e aprovação do PAT 2022	25
5. Plano Anual de Trabalho para 2022 – PAT-2022	27
5.1. Descrição dos Trabalhos previstos para 2022, no âmbito da Rede Integrar	27
5.2. Ações que não integram a Rede, para acompanhar	32
5.3. Resultado da priorização de ações e cronograma	34
5.4. Detalhamento da priorização	40

1. Introdução

A concepção de um plano anual de trabalho para a Rede Integrar surge da necessidade de gerar unidade, além de possibilitar planejamento apropriado em cada Tribunal partícipe, buscando assim adesão crescente das instituições nas iniciativas propostas.

Ao se constituir em plano conjunto, requer o debate e a participação ativa na tomada de decisão sobre prioridades estratégicas para o sistema de controle externo.

Nesse sentido, o Comitê Técnico da Rede Integrar, no uso das atribuições previstas no art. 3º, V, do Regimento Interno, aprovou o Plano Anual de Trabalho para 2022, após reunião técnica havida no dia 9 de novembro de 2021 e posterior validação das deliberações.

2. Processo de elaboração do Plano

A fim de auxiliar a elaboração da proposta de Plano Anual de Trabalho e orientar as discussões e deliberações, o Comitê Técnico criou o Grupo de Assessoramento, conforme previsão do art. 3º, III do Regimento Interno da Rede Integrar.

O grupo foi constituído com a participação voluntária de representantes de oito organizações, a saber: Adriana Rêgo (TCE-PB), Ana Maria Furbino (TCE-RJ), Crislayne Moraes (IRB/TCE-PR), Gilson de Araújo (TCE-PI), Luciano Costa Nova (Atricon/TCE-PB), Mônica Acendino (TCE-MT), Renata Carvalho (TCU), Sílvia Miralha (TCM-PA). O grupo orientou-se pelas seguintes diretrizes, apontadas no Regimento Interno:

Art. 13. O PAT da Rede Integrar será aprovado na última reunião ordinária do Comitê Técnico, que ocorrerá, preferencialmente, no mesmo período dos eventos anuais realizados pelo IRB e pela Atricon, podendo ser revisado por deliberação do Comitê Técnico.

Parágrafo único. O PAT levará em conta as diretrizes e áreas dos planos anuais de fiscalização de cada TC participante.

Art. 14. O PAT deverá conter, no mínimo:

- I - as áreas prioritárias e os respectivos grupos temáticos;
- II - as formas de cooperação e os respectivos produtos;
- III - o cronograma das entregas;
- IV - o nível de abrangência das ações programadas (nacional, regional ou local);
- V - os TCs envolvidos em cada ação programada.

De modo a elaborar uma proposta abrangente e representativa, o grupo priorizou a escuta dos TCs e das Entidades de representação a respeito de suas expectativas. Para isso, elaborou questionário eletrônico, com o objetivo de identificar áreas críticas para atuação em 2022, trabalhos já previstos ou em andamento, assim como possibilidades de atuação, considerando as diversas formas de cooperação abrangidas pela Rede.

A análise dos resultados considerou a frequência de respostas, bem como a relevância estratégica das ações. Foram analisadas também as formas de cooperação, ponderando a capacidade operacional dos Tribunais de Contas, de modo a promover a participação efetiva das Cortes.

2.1. Diagnóstico dos Tribunais de Contas

O levantamento das áreas prioritárias de fiscalização dos Tribunais de Contas foi realizado por meio de questionário, aplicado no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 2021, que pretendeu identificar: se os Tribunais possuem áreas especializadas de fiscalização de políticas públicas; se possuem plano de fiscalização formalizado e as suas especificidades; quais os meses dedicados à elaboração dos planos de fiscalização; quais as áreas mais críticas ou relevantes para atuação em 2022; qual o mês ideal para início da fiscalização coordenada de Educação da Rede; e quais os trabalhos desenvolvidos com outros TCs estão em andamento ou previstos para o próximo ano.

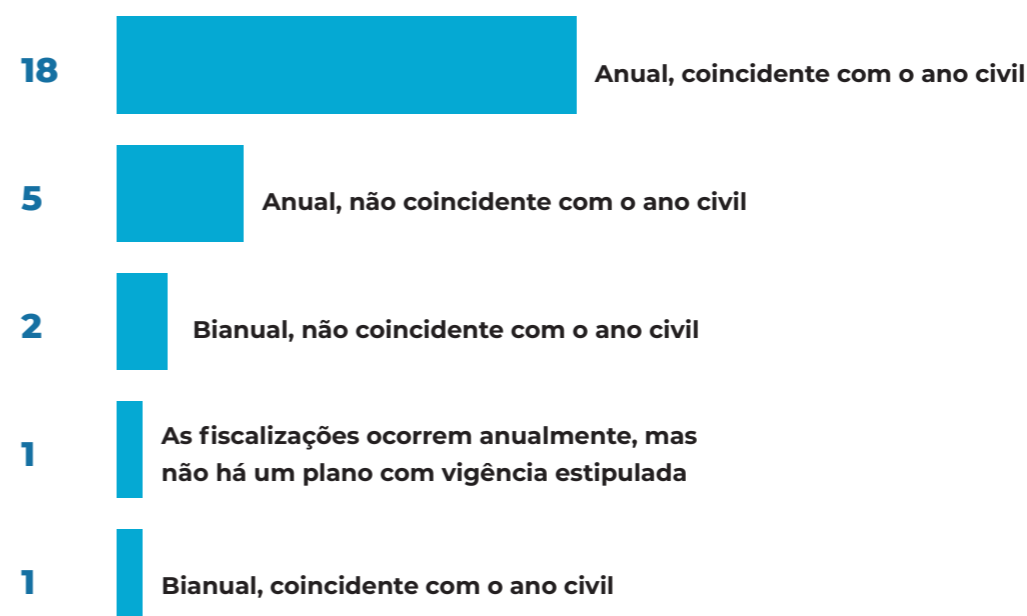
Responderam ao questionário 27 Tribunais de Contas: TCE-SC, TCM-RJ, TCE MS, TCE-PB, TCE-PI, TCE-TO, TCE-CE, TCE-PA, TCM-SP, TCE-RN, TCU, TCE-ES, TCE-RJ, TCE-MT, TCE-PR, TCE-MG, TCE-RR, TCM-PA, TCE-AC, TCE RS, TCE-BA, TCE-AM, TCE-RO, TCE-GO, TCM-GO, TCDF, TCE-AP.

O levantamento apontou que 70% dos Tribunais têm estruturas especializadas de fiscalização de políticas públicas, sendo que alguns deles têm estruturas específicas para algumas áreas temáticas e outros dispõem de setor voltado para políticas públicas em geral. O quadro abaixo apresenta as áreas fiscalizadas das estruturas existentes:

Educação 14	Infraestrutura 12	Segurança Pública 11	
Saúde 14	Previdência 12	Outros 8	
Políticas públicas em geral 13	Finanças públicas 11	Assistência social 2	Meio ambiente 2

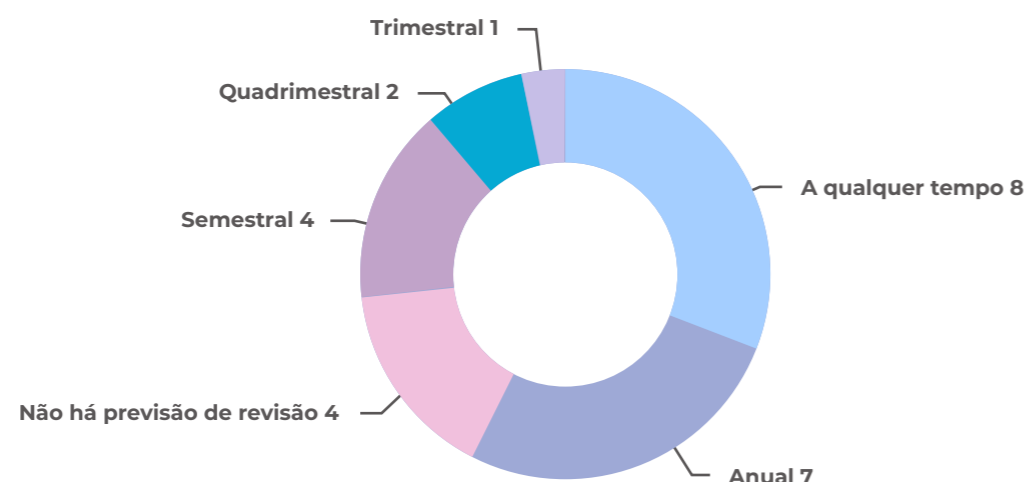
Em relação ao plano de fiscalização, 25 Tribunais de Contas (93% dos respondentes) possuem um documento específico que o formaliza. Observa-se que em 23 TCs, o plano é anual, sendo coincidente com o ano civil em 18 deles.

3. Qual a vigência do plano de fiscalização do seu TCU



No que tange à revisão de seus planos de fiscalização, apenas 4 TCs não preveem essa possibilidade. Por seu turno, 7 Tribunais possibilitam a revisão anual e os demais possuem previsões de diferentes prazos. O gráfico a seguir detalha a distribuição:

**4. Há previsão de revisão do plano de fiscalização?
Em qual periodicidade?**



O levantamento buscou saber se a rotina e o cronograma de elaboração do Planejamento da Rede Integrar seriam compatíveis com o cronograma de elaboração dos planos de fiscalização dos Tribunais. Os resultados demonstraram que a maioria tem atividade de planejamento nos últimos meses do ano, muito embora cada Tribunal utilize outros períodos do ano para essa função.

5. Em que mês ou meses seu TC concentra as atividades de elaboração do plano de fiscalização?



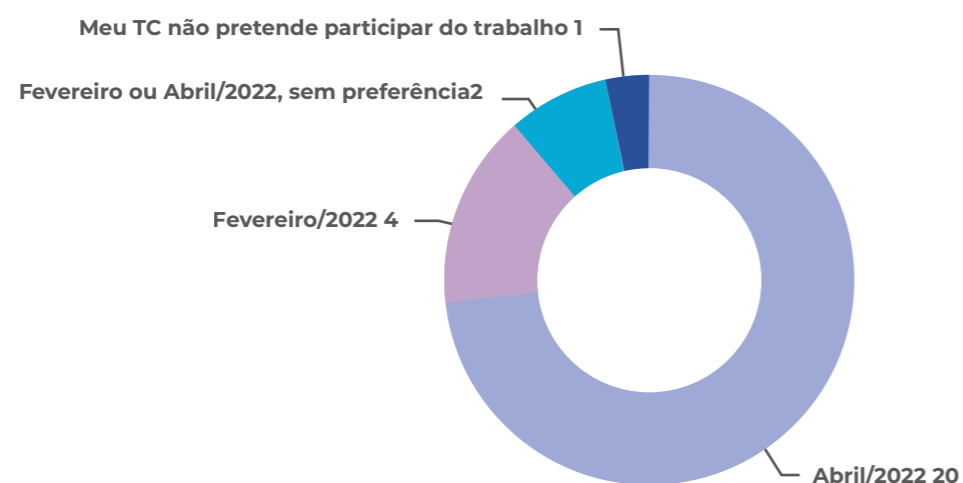
Assim, como a maioria dos Tribunais tem ações de elaboração de planejamento no mesmo período da Rede, poderá não haver tempo suficiente para que as ações previstas no PAT da Rede Integrar sejam consideradas na elaboração dos planos de fiscalização de cada TC. Contudo, como a maioria dos Tribunais pode revisar os seus planos, a Rede Integrar poderá sugerir que o PAT também seja contemplado nas revisões dos planos dos Tribunais.

Sobre as áreas prioritárias a serem trabalhadas de forma coordenada, a maioria fundamentou sua resposta na pandemia, e, por isto, citou educação e saúde:



O grupo também perguntou se o Tribunal tinha intenção de participar de ações coordenadas na área de educação e qual o mês ideal para o início da fiscalização em 2022. A maioria dos TCs indicou o mês de abril de 2022 para início dos trabalhos da auditoria coordenada de educação. Somente um TC não pretende participar da fiscalização.

8. Há previsão de realização de auditoria coordenada, no âmbito da Rede Integrar, na área de Educação. Caso seu TC tenha intenção participar, qual seria sua preferência para início da fiscalização?



Levantaram-se ainda informações sobre a previsão de trabalhos conjuntos, envolvendo mais de um tribunal, para 2022. Foram citadas a fiscalização do Sistema Tributário, a auditoria coordenada de educação e o projeto Sinapse. Do total, 11 Tribunais ainda indicaram que estão sem previsão de trabalhos coordenados.

9. Que outros trabalhos com TCs estão em andamento ou com início programado para 2022?

Trabalho	Quantidade	Trabalho	Quantidade	Trabalho	Quantidade
Ainda sem previsão	11	Integrar (Educação)	4	Folhas de pagamento	3
Sistema tributário	8	Sinapse	4	e-Prevenção	2
				ICGSeg	2
				Convenção da Amazônia	1
				Educação	1
				PNE	1
				Receita	1
				Sistema Penitenciário	1
				ODS	1
				Unidades Conservadoras	1
				Eficiência hospitalar	1

2.2. Diagnóstico das entidades representativas do Controle Externo Brasileiro

Nas reuniões do Comitê Técnico e do Grupo de Apoio para o planejamento da Rede, identificou-se a importância das ações das Entidades Representativas do Sistema Tribunais de Contas. Assim, as Entidades também responderam um questionário eletrônico para identificar os trabalhos conjuntos programados para 2022, as áreas prioritárias de ações coordenadas entre os Tribunais de Contas e sugestões de trabalhos para a Rede.

Responderam ao questionário a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas - AUDICON, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas - CNPGC, o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC e o Instituto Rui Barbosa – IRB.

Muitas ações das Entidades já são feitas conjuntamente, de forma cooperada, por meio de acordos de cooperação ou pelas redes institucionalizadas, dentre as quais cabe citar: MMdTC (ATRICON coordena), Hot Site de acompanhamento da vacinação (CNPTC coordena), Acordo USTDA – auditoria operacional de compras públicas (IRB coordena), Acordo para Acessibilidade e Inclusão

(AMPCON e CNPGC coordenam), Acordos GAEPE Brasil (IRB coordena), Acordo STN 01/18 (IRB e ATRICON coordenam), Rede Indicon - IEGM (IRB coordena), Assessoria de Comunicação Nacional (IRB e ATRICON coordenam), Rede Infocontas (ATRICON coordena).

Outras ações são executadas por uma das entidades, mas envolvendo vários Tribunais de Contas, citem-se:

ENTIDADE	AÇÕES
ATRICON	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização Contínua da Folha de Pagamento - Programa Nacional de Prevenção à corrupção - Projeto Interagir - Quantificação dos Benefícios do Controle - Agenda ODS
CNPGC	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos PNE e Municipais
AUDICON	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha Contas Pública são da nossa conta - Publicação de livros

ENTIDADE	AÇÕES
IRB	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo MBA PPP e CT PPP IRB - capacitações em auditoria de PPP e concessões; - Acordo CTE IEDE - índice de permanência escolar na pandemia (até abr22); - Ações dos Comitês Técnicos: de Aperfeiçoamento Profissional (Rede das Escolas de Contas - capacitações); Oficinas de Controle das ODS; do Comitê Técnico de Educação - Ações relacionadas ao desenvolvimento institucional dos TCs: Ações do Comitê Técnico de TI, Governança de TI e Segurança nos TCs; do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social; do Comitê Técnico de Auditoria (edição da tradução de normas internacionais e capacitações); do Comitê Técnico de Gestão da Informação - Bibliocostas, tesouro nacional e publicações IRB; do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas; do Comitê Técnico de Governança dos TCs; do Comitê Técnico de Jurisprudência, Sumula e Processo; do Comitê Técnico da categoria de domínio TC.BR - Auditoria Coordenada - Centros de Governo (Coord. Cons. Sebastião Helvécio)



Por meio do questionário, as Entidades puderam também apresentar comentários e sugestões sobre o PAT. Neste ponto, cabe mencionar que uma delas sugeriu que o plano seja flexível, para possibilitar a propositura de novos temas, principalmente em razão da mudança de diretoria.

Também foi perguntado às entidades quais áreas a organização entendia serem mais críticas ou relevantes para integrarem o planejamento da Rede Integrar em 2022. As respostas foram organizadas na seguinte nuvem de palavras:

Abaixo estão listadas algumas atividades em curso, relacionadas à primeira infância:

- Pacto Nacional pela Primeira Infância - criado pelo CNJ em 25-06-2019, adesão pela ATRICON, IRB e TCU, e, mais recentemente, por alguns TC's e MPC's: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina e Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente são 260 instituições públicas e agentes privados – entre órgãos do setor público dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, empresas e entidades da sociedade civil organizada – que firmaram compromisso para tornar efetivas as políticas públicas de promoção, atenção e defesa dos direitos das crianças. A mobilização visa a aumentar a articulação entre os diferentes agentes responsáveis pelas políticas públicas voltadas à infância, de forma que programas, projetos e ações destinados a crianças e jovens sejam postos em prática de forma ágil e com eficiência.
- Grupo de Trabalho do Orçamento, no qual há representante da Atricon/IRB, e emitiu duas notas técnicas fazendo recomendações aos Executivos e Legislativos acerca da inclusão da priorização da primeira infância nos projetos de lei dos PPAs 2022-2025 (ver as notas no site do Unicef);
- IPEA está tentando estabelecer uma metodologia que identifique as ações orçamentárias que atendam diretamente a primeira infância e as que atendem indiretamente no âmbito da União, Estados e Municípios.

Além de considerar áreas transversais, é importante analisar as estruturas voltadas para trabalhos em políticas públicas dos Tribunais. Dentre os 20 Tribunais que contam com áreas especializadas ou dedicadas para fiscalização de políticas públicas, 14 possuem unidades específicas para educação e para saúde e os outros 6 para políticas públicas em geral. Todos os 7 Tribunais que responderam não possuir tais áreas especializadas, todavia, indicaram a educação e saúde como políticas relevantes para a realização de trabalhos conjuntos em 2022. Mais uma vez, ganham destaque as áreas de saúde e educação

Outra fonte de informação relevante para identificação de áreas prioritárias foi o levantamento realizado pelo TCU junto a suas unidades técnicas, cujo objetivo foi identificar potenciais trabalhos coordenados. O levantamento foi realizado em março de 2021 e atualizado em outubro.

Em complementação à identificação de áreas prioritárias, as auditorias coordenadas realizadas em anos anteriores foram mapeadas, de modo a identificar oportunidades para monitoramentos.

A partir desse conjunto de insumos, foi elaborada a proposta de plano anual de trabalho, que subsidiou as discussões e deliberações do Comitê Técnico.

3. Formas de Cooperação

A Rede Integrar comporta variadas formas de cooperação, incluindo desde compartilhamento de dados e informações até a realização de fiscalizações conjuntas. O PAT apresentado, assim, busca abarcar as diversas possibilidades de atuação conjunta.

4. Discussão e aprovação do PAT 2022

O Comitê Temático, na reunião de 09.11.2021, deliberou sobre:

- Aprovação das propostas de ações coordenadas apresentadas, definindo-se inclusive os grupos temáticos a serem criados;
- Definição do coordenador de ações ou grupos temáticos.

Previamente à reunião, os representantes do Comitê Técnico foram convidados a discutirem internamente a proposta de PAT, considerando os seguintes aspectos:

- se os TCs estão de acordo com as propostas formuladas, bem como se há outras propostas a serem apresentadas;
- se os TCs pretendem participar de cada ação proposta;
- se os TCs têm interesse em coordenar alguma ação proposta.

Para condução da reunião, as propostas de ações para o PAT 2022 foram dispostas na ferramenta eletrônica “Mural”, de modo a permitir a manifestação simultânea e colaborativa dos TCs. Cada TC participante foi orientado a indicar a prioridade (alta/baixa) e a intenção de participar da ação.

Posteriormente, as ações foram classificadas por ordem de prioridade, adotando-se, como critério, o percentual de indicações de

‘alta prioridade’, excluídas as abstenções. O Comitê Técnico decidiu por não excluir nenhuma ação, exceto por uma proposta de trabalho bilateral que, por opção das partes, não será realizado.

O resultado da reunião, assim como a descrição das ações do PAT-2022, está descrito na próxima seção.

5. Plano Anual de Trabalho para 2022 – PAT-2022

5.1. Descrição dos Trabalhos previstos para 2022, no âmbito da Rede Integrar

1. AÇÕES COORDENADAS					
Nº	ÁREA	FORMAS DE COOPERAÇÃO	ABRANGÊNCIA	PRODUTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
EDUCAÇÃO					
1	Auditoria coordenada no acesso ao ensino médio	Auditoria coordenada (seleção de objeto em andamento)	Nacional	Objetivo (em construção): Identificar e avaliar os principais fatores que representam problemas para o acesso ao ensino médio. Coordenador: comissão de coordenação executiva dos tribunais a ser definida. (Sugestão: 1 Tribunal por região geográfica). Força de trabalho sugerida: 3 auditores (incluindo coordenador(a) do trabalho no Tribunal participante).	abril/22 a setembro /22
2	Precatórios do Fundef	Compartilhamento de dados	Regional (estados que receberam complementação da União no Fundef)	Compartilhamento de dados sobre o pagamento precatórios do Fundef e aplicação destes recursos, para TCs orientarem seus planejamentos de fiscalização. Em maio, são disponibilizados dados sobre precatórios pagos e, em outubro, os precatórios autuados, a serem pagos no ano seguinte.	2022 (contínuo)
3	Sistema Informatizado de Auditoria de Programas Educacionais (Sinapse) para fiscalização remota e contínua da aplicação dos recursos do Fundeb.	Compartilhamento de dados	Nacional	A fiscalização da efetividade da aplicação dos recursos de Educação envolve a análise conjunta de despesas realizadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Obs: todos os tribunais de contas brasileiros serão convidados a participar do Sistema ao longo das próximas etapas do projeto.	2022 (contínuo)

SAÚDE					
4	Criação de Grupo Temático em Saúde	- Seleção de trabalhos	Nacional	<p>1) Levantamento dos objetos fiscalizados nos Tribunais Brasileiros e identificação de lacunas (incluindo efeitos pós pandemia) e sobreposições.</p> <p>2) Compartilhamento dos papeis de trabalho no site da Rede Integrar</p> <p>3) Proposta de capacitações, por tema, sugestão de palestrantes a serem repassados ao IRB para promoção das edições do Fórum Nacional de Auditoria.</p>	1º sem 2022
5	Projeto Eficiência Hospitalar	Auditorias paralelas	Nacional	Auditorias paralelas com uso do Referencial de Auditoria sobre Eficiência Hospitalar. Consolidação e divulgação das informações no site eficienciasaude.org	2º sem /2022
INFRAESTRUTURA					
6	Defesa Civil	Fiscalização	Nacional (estados e municípios afligidos por enchentes nos últimos anos)	Fiscalização para conhecer e avaliar a regularidade da execução orçamentária e a efetividade do uso que tem sido dado aos recursos públicos destinados pela Sedec/MDR aos estados frequentemente afligidos pelas enchentes, com o objetivo de executar obras e serviços que evitem ou minimizem os desastres causados pelas enchentes e socorro às vítimas. Com o objetivo de sugerir de medidas de enfrentamento do problema com ações estruturantes e prospectivas.	2022 (a definir)

INFRAESTRUTURA					
7	Obras paralisadas	Métodos de trabalho Seleção de trabalhos	Nacional	Confronto dos dados sobre as obras paralisadas disponibilizados no painel do MDR (http://painéis.mdr.gov.br/?width=1280px&height=3336px&complementoEnderecoPower-BI=eyJrIjoiMTM0M2ZkZDktMDM-3Zi00ODQxLThjMzltNGU3YzNmNmZmZGY4IiwidCI6Ijk2MTFhY2UxLTM0M-TQtNGMzNS1hM2YwLTdkMTAwN-DI5MGnkNj9), identificação das causas das paralisações e das iniciativas em andamento pelos órgãos responsáveis para a retomada das obras da carteira do MDR.	2022 (a definir)
MEIO AMBIENTE					
8	Combate à Desertificação do semiárido e proteção ao bioma caatinga	Fiscalização conjunta (auditoria operacional)	Regional Estados incluídos no Semiárido brasileiro (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG)	Auditoria Operacional Coordenada em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga Relatórios de Auditoria Operacional individualizados e Sumário Executivo consolidando dados estaduais sobre a situação abordada. Obs: enfoque no grau de institucionalização das políticas, planejamento, participação social, operacionalização e monitoramento e avaliação dos resultados; exame dos ODS da Agenda 2030 pertinentes ao objeto da fiscalização.	Mar a nov/2022
9	Criação de Grupo Temático	Seleção de trabalhos	Nacional	Identificação de objeto a ser definido, em atendimento à manifestação dos TCs e entidades de identificarem meio ambiente como área crítica a ser considerada.	A definir

TRIBUTÁRIA					
10	Tributação de bens e serviços	Fiscalização conjunta (em andamento)	Nacional	Auditoria coordenada abordando a não neutralidade e complexidade da tributação sobre bens e serviços (ICMS e ISS)	Finalizar até mar/22
11	Tributária	Fiscalização conjunta	Regional (conforme seleção realizada)	Auditoria coordenada para avaliar a eficiência das Administrações Tributárias, de acordo com critérios estabelecidos pela TADAT (Tax Administration Diagnostic Assessment Tool) e comparação de recursos empregados por administrações tributárias de outros países. Convite para TCs avaliarem administrações tributárias de estados e municípios selecionados.	Postergada para 2023
SEGURANÇA					
12	Governança de segurança pública	Fiscalização conjunta	Nacional	Levantamento Coordenado do Novo Modelo de Governança de Segurança Pública (IGGSeg)	Finalizar até set/22
13	Fiscalização de Tecnologia da Informação	Capacitação	Nacional	<p>Capacitação dos TCs para avaliarem transformação digital em suas esferas de atuação</p> <p>Apoio à atuação dos TCs na avaliação da transformação digital em suas esferas de atuação, na forma de consultoria, com orientações e compartilhamento de metodologias, boas práticas e lições aprendidas.</p> <p>Capacitação dos TCs para avaliarem segurança da informação em suas esferas de atuação: conceitos e conhecimentos teóricos sobre SegInfo e SegCiber; estratégia e resultados obtidos pelo TCU/Sefti até o momento, incluindo o compartilhamento de experiências, técnicas e ferramentas.</p>	Nov/21 a mar/22
14	Fiscalização de Tecnologia da Informação	Fiscalização	Nacional	Trabalho coordenado sobre estratégias de atuação em Transformação Digital e em Segurança da Informação.	abr/22 a mar/23

POLÍTICAS TRANSVERSAIS					
15	Pacto Nacional pela Primeira Infância	Articulação Capacitação	Nacional	Há intersectorialidade em relação a, pelo menos, educação, saúde e assistência social, execução descentralizadas nas três esferas da Federação, envolvendo ações nos três Poderes e aquelas desenvolvidas pelo controle social instituído legalmente (conselhos tutelares, conselhos dos direitos das crianças e adolescentes). Trabalho de acompanhamento e indução à implementação de políticas públicas.	2ºtri/2022
16	Análise de impacto regulatório	Métodos de trabalho Capacitação Trabalhos conjuntos	Regional (2 a 3 TCs – norte e nordeste)	Realização de trabalhos e eventos em parceria: reuniões de apresentação do tema e interessados; elaboração de referencial de controle de análise de impacto regulatório; auditorias piloto; criação de rede de controle em regulações econômicas (regulação do ambiente de negócio), com câmaras técnicas e encontros regulares para compartilhamento de experiências, aprendizados e inovações.	A definir
17	Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)	Articulação	Nacional	Incentivar a adesão dos jurisdicionados ao PNCP Relatório de Acompanhamento de adesão dos jurisdicionados ao PNCP	A definir
18	Elaboração de painel de indicadores educacionais	Desenvolvimento conjunto de metodologia	Nacional (subgrupo a ser criado)	Desenvolvimento de painel de indicadores educacionais para orientar a seleção de ações de controle, seguindo a metodologia desenvolvida no âmbito do Projeto Integrar.	A definir, em função da disponibilidade de solução de tecnologia viável

5.2. Ações que não integram a Rede, para acompanhar

POLÍTICAS TRANSVERSAIS		
Entidade	Ações	Responsável pelo acompanhamento
ATRICON	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização Contínua da Folha de Pagamento - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - Projeto Interagir - Quantificação dos Benefícios do Controle - Agenda ODS – Hot Site de boas práticas em controle das ODS 	Luciano Costa Nova (a substituir na nova gestão)
CNPGC	- Acompanhamento dos PNE e Municipais	
AUDICON	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha Contas Públicas são da nossa conta - Publicação de livros 	
IRB	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas de Controle das ODS - Acordo MBA PPP e CT PPP IRB – capacitações em auditoria de PPP e concessões; - Acordo CTE IEDE - índice de permanência escolar na pandemia (até abr/22); - Ações dos Comitês Técnicos: de Aperfeiçoamento Profissional (Rede das Escolas de Contas - capacitações); do Comitê Técnico de Educação - Ações relacionadas ao desenvolvimento institucional dos TCs: Ações do Comitê Técnico de TI, Governança de TI e Segurança nos TCs; do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social; do Comitê Técnico de Auditoria (edição da tradução de normas internacionais e capacitações); do Comitê Técnico de Gestão da Informação - Bibliocontas, tesouro nacional e publicações IRB; do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas; do Comitê Técnico de Governança dos TCs; do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo; do Comitê Técnico da categoria de domínio TC.BR - Auditoria Coordenada - Centros de Governo (Coord. Cons. Sebastião Helvécio) 	Crislayne Cavalcante (a substituir na nova gestão)

POLÍTICAS TRANSVERSAIS		
Entidade	Ações	Responsável pelo acompanhamento
Várias entidades	<ul style="list-style-type: none"> - MMdTC (ATRICON coordena) - Hot Site de acompanhamento da vacinação (CNPTC coordena) - Acordo USTDA – auditoria operacional de compras públicas (IRB coordena) - Acordo para Acessibilidade e Inclusão (AMPCON e CNPGC coordenam) - Acordos GAEPE Brasil (IRB coordena) - Acordo STN 01/18 (IRB e ATRICON coordenam) - Rede Indicon - IEGM (IRB coordena) - Assessoria de Comunicação Nacional (IRB e ATRICON coordenam) - Rede Infocontas (ATRICON coordena) 	

5.3. Resultado da priorização de ações e cronograma

Ações em ordem de prioridade, considerando votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções						2022				2023						
						1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
1	18 Outras ações: painel de indicadores educacionais	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Prazo não deliberado; Deliberações: pré-requisito pendente de financiamento da Atricon e/ou IRB									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		15	0	7	18	100%										
2	15 Pacto Nacional pela Primeira Infância	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Deliberações: prazo; necessidade de criação de GT; TCE-MT tem interesse em coordenar; e TCE-MG tem interesse em coordenar, mas precisa validar internamente.									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		21	2	15	10	91,3%										
3	17 Portal Nacional de Compras Públicas (PNPC)	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Prazo não deliberado; Deliberações: Coordenação do IRB e TCE-PE tem interesse em coordenar, mas precisa validar internamente									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		19	2	11	12	90,5%										
4	13 Tecnologia da informação - Capacitação	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Deliberações: prazo; coordenação do TCU									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		17	2	10	14	89,5%										
5	14 Tecnologia da informação - Fiscalização	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Deliberações: prazo; coordenação do TCU									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		18	3	9	12	85,7%										
6	7 Obras paralisadas	Resultado da Votação				% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções	Prazo não deliberado; não houve deliberações									
		Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções											
		17	3	8	13	85%										

Ações em ordem de prioridade, considerando votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções

						2022				2023				
						1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
7	4 Diagnóstico de áreas prioritárias para fiscalização	Alta Prioridade 18	Baixa Prioridade 4	Vai participar 10	Abstenções 11	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 81,8%	Deliberações: Prazo definido previamente; necessidade de criação de GT							
8	10 Tributação de bens e serviço	Alta Prioridade 13	Baixa Prioridade 3	Vai participar 23	Abstenções 17	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 81,3%	Deliberações: prazo; coordenação do TCU							
9	5 Projeto Eficiência Hospitalar	Alta Prioridade 17	Baixa Prioridade 4	Vai participar 12	Abstenções 12	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 81%			Prazo definido previamente; não houve deliberações					
10	9 Meio Ambiente- área crítica	Alta Prioridade 18	Baixa Prioridade 5	Vai participar 10	Abstenções 10	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 78,3%	Não houve deliberação, mas aventou-se a possibilidade de o TCE-MS participar da coordenação							
11	1 Auditoria coordenada no acesso ao ensino médio	Alta Prioridade 19	Baixa Prioridade 6	Vai participar 17	Abstenções 8	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 76%		Deliberações: prazo; coordenação TCU e TCE-RJ						
12	12 Segurança - IGGSeg	Alta Prioridade 15	Baixa Prioridade 7	Vai participar 9	Abstenções 11	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 68,2%	Prazo definido previamente; não houve deliberações							
13	3 Sistema Informatizado de Auditoria de Programas Educacionais (sinapse) para fiscalização remota e contínua da aplicação dos recursos do Fundeb	Alta Prioridade 17	Baixa Prioridade 8	Vai participar 11	Abstenções 8	% de votos em “alta prioridade” e descontando as abstenções 68%	Ação continuada; TCU fornece informações e TC’s avaliam ações locais							

Ações em ordem de prioridade, considerando votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções

	2022				2023			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
14 8 Políticas de Combate à Desertificação do semiárido e proteção ao bioma Caatinga Resultado da Votação Alta Prioridade: 10, Baixa Prioridade: 7, Vai participar: 4, Abstenções: 16 % de votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções: 58,8%	Prazo definido; não houve deliberações							
15 11 Tributária Resultado da Votação Alta Prioridade: 11, Baixa Prioridade: 9, Vai participar: 7, Abstenções: 13 % de votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções: 55%					Prazo não definido; não houve deliberações			
16 6 Defesa Civil Resultado da Votação Alta Prioridade: 5, Baixa Prioridade: 14, Vai participar: 1, Abstenções: 14 % de votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções: 26,3%	Prazo não definido; não houve deliberações							
17 17 Análise de impacto regulatório Resultado da Votação Alta Prioridade: 3, Baixa Prioridade: 14, Vai participar: 2, Abstenções: 16 % de votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções: 17,6%		Não houve deliberação. Prazo predefinido; coordenação TCU e comissão de coordenação com TC's do piloto.						
18 2 Precatórios do Fundef Resultado da Votação Alta Prioridade: 4, Baixa Prioridade: 21, Vai participar: 3, Abstenções: 8 % de votos em "alta prioridade" e descontando as abstenções: 16%	Ação continuada; Coordenação do TCU.							

5.4. Detalhamento da priorização

EDUCAÇÃO

01 | Auditoria coordenada no acesso ao ensino médio

Produto

Identificar e avaliar os principais fatores que representam problemas para o acesso ao ensino médio; primeira aplicação da metodologia de seleção desenvolvida no Projeto Integrar.

Formas de cooperação

Auditoria coordenada (seleção de objeto em andamento)

Abrangência

Nacional

Período de execução

Abril/22 a Setembro/22

Coordenação

TCE-RJ; TCU

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			19	6	17
					8

EDUCAÇÃO

02 | Precatórios do Fundef

Produto

Compartilhar dados sobre o pagamento de precatórios do Fundef e aplicação destes recursos, para orientarem os TCs em seus planejamentos de fiscalização.

Formas de cooperação

Compartilhamento de dados

Abrangência

Regional (estados que receberam complementação da União no Fundef)

Período de execução

2022

Coordenação

TCU

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			4	21	3
					8

EDUCAÇÃO

03 | Sistema Informatizado de Auditoria de Programas Educacionais (sinapse) para fiscalização remota e contínua da aplicação dos recursos do Fundeb

Produto

Fiscalizar a aplicação dos recursos de Educação por meio do Sinapse

Formas de cooperação

Compartilhamento de dados

Abrangência

Regional (TCE-MG, TCE-BA, TCE-PI, TCE-AM, TCE-PA, TCE-MS, TCE-PE, TCE-RO, TCE-MT e TCE-RS)

Período de execução

2022

Coordenação

TCU fornece informação / TCs avaliam ações locais

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			17	8	11	8

SAÚDE

04 | Diagnóstico de áreas prioritárias para fiscalização

Produto

Levantar objetos fiscalizados nos TCs e identificar lacunas, pós pandemia e sobreposições; compartilhar papéis de trabalho e capacitar auditores.

Formas de cooperação

- Seleção de trabalhos | - Métodos de trabalho | - Capacitação

Abrangência

A deliberar

Período de execução

1º semestre de 2022

Coordenação

?

Deliberações

Mantém o plano? | Cria GT

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			18	4	10	11

SAÚDE

05 | Projeto Eficiência Hospitalar

Produto

Auditorias paralelas com uso do Referencial de Auditoria sobre Eficiência Hospitalar. Consolidação e divulgação das informações no site eficiencianasaude.org. TCE-SP participou do piloto 2021.

Formas de cooperação

Auditorias paralelas

Abrangência

Nacional

Período de execução

2º semestre de 2022

Coordenação

?

Deliberações

Mantém o plano?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			17	4	12	12

INFRAESTRUTURA

06 | Defesa Civil

Produto

Conhecer e avaliar a regularidade da execução orçamentária e a efetividade do uso dos recursos públicos destinados pela Sedec/MDR aos estados frequentemente afligidos por enchentes.

Formas de cooperação

Fiscalização

Abrangência

Nacional (estados e municípios afligidos por enchentes nos últimos anos)

Período de execução

2022 (a definir)

Coordenação

?

Deliberações

Mantém o plano? | Período?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			5	14	1	14

INFRAESTRUTURA

07 | Obras paralisadas

Produto

Confrontar dados sobre as obras paralisadas disponibilizados no painel do MDR e identificar causas das paralisações e iniciativas em andamento pelos órgãos responsáveis.

Formas de cooperação

Métodos de trabalho | Seleção de trabalhos

Abrangência

Nacional (a partir da delimitação do escopo e da identificação das localidades das obras paralisadas)

Período de execução

2022 (a definir)

Coordenação

TCU?

Deliberações

Mantém o plano? | Período?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			17	3	8	13

MEIO AMBIENTE

08 | Políticas de Combate à Desertificação do semiárido e proteção ao bioma Caatinga

Produto

Realizar Auditoria Operacional Coordenada em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga, focando no grau de institucionalização das políticas, planejamento, participação social, operacionalização e monitoramento e avaliação dos resultados; exame dos ODS da Agenda 2030 pertinentes.

Formas de cooperação

Fiscalização conjunta (auditoria operacional)

Abrangência

Regional Estados incluídos no Semiárido brasileiro (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG)

Período de execução

Março a novembro de 2022

Coordenação

Comissão de coordenação?

Deliberações

TCs envolvidos estão de acordo?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP	
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG	
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI	
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS	
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO	
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar	Abstenções
			10	7	4	16

MEIO AMBIENTE

09 | Meio Ambiente-área crítica

Produto

Identificar área crítica a ser fiscalizada conjuntamente em Meio Ambiente

Formas de cooperação

Seleção de trabalhos

Abrangência

A deliberar

Período de execução

A deliberar

Coordenação

TCE-MS?

Deliberações

Mantém no plano | Cria GT | Período?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			18	5	10
					10

TRIBUTÁRIA

10 | Tributação de bens e serviços

Produto

Realizar Auditoria coordenada abordando a não neutralidade e complexidade de tributação sobre bens e serviços (ICMS e ISS)

Formas de cooperação

Fiscalização conjunta (em andamento)

Abrangência

Nacional

Período de execução

Finalizar até março de 2022

Coordenação

TCU

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			13	3	23
					17

TRIBUTÁRIA

11 | Tributária



Produto

Realizar auditoria coordenada para avaliar a eficiência das Administrações Tributárias, de acordo com critérios estabelecidos pela TADAT (*Tax Administration Diagnostic Assesment Tool*) e comparação de recursos empregados por administrações tributárias de outros países.

Formas de cooperação

Fiscalização conjunta

Abrangência

Regional (conforme seleção realizada)

Período de execução

A definir (2023)

Coordenação

?

Deliberações

Mantém o plano? | Período?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			11	9	7
					13

SEGURANÇA

12 | SEGURANÇA - IGGSeg



Produto

Realizar Auditoria coordenada abordando a não neutralidade e complexidade de tributação sobre bens e serviços (ICMS e ISS)

Formas de cooperação

Fiscalização conjunta

Abrangência

Nacional

Período de execução

2º e 3º trimestre de 2022

Coordenação

?

Deliberações

Mantém o plano?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			13	3	23
					17

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

13 | Tecnologia da informação - Capacitação



Produto

Capacitar e apoiar os TCs para avaliarem transformação digital e segurança da informação em suas esferas de atuação

Formas de cooperação

Compartilhamento e capacitação

Abrangência

Nacional

Período de execução

Novembro de 2021 a março de 2022

Coordenação

TCU

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			17	2	10
					14

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14 | Tecnologia da informação - Fiscalização



Produto

Levantar estratégias de atuação em Transformação Digital e em Segurança da Informação

Formas de cooperação

Compartilhamento e capacitação

Abrangência

Nacional

Período de execução

Abril de 2022 a março de 2023

Coordenação

TCU

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			18	3	9
					12

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

15 | Pacto Nacional pela Primeira Infância

Produto

Acompanhar e induzir gestores à implementação de políticas públicas para a Primeira Infância, focando na intersetorialidade da educação, saúde e assistência social, execução descentralizada nas três esferas da Federação e envolvimento dos três Poderes e do controle social instituído legalmente (conselhos tutelares, conselhos dos direitos das crianças e adolescentes).

Formas de cooperação

Articulação e capacitação

Abrangência

Nacional

Período de execução

2º trimestre de 2022

Coordenação

TCE-MS e TCE-MG?

Deliberações

Mantém o plano? | Cria GT

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			21	2	15
					10

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

16 | Análise de impacto regulatório

Produto

Realizar reuniões de apresentação do tema e interessados; elaborar referencial de controle de análise de impacto regulatório; auditorias piloto; criar rede de controle em regulações econômicas (regulação do ambiente de negócio), com câmaras técnicas e encontros regulares para compartilhamento de experiências, aprendizados e inovações.

Formas de cooperação

Métodos de trabalho | Capacitação | Trabalhos conjuntos

Abrangência

Regional (2 a 3 TCs – norte e nordeste)

Período de execução

2º e 3º trimestre de 2022

Coordenação

TCU e comissão de coordenação com TCs do piloto

Deliberações

Mantém o plano?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			3	14	2
					16

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

17 | Porta Nacional de Compras Públicas (PNPC)

Produto

Incentivar a adesão dos jurisdicionados ao PNPB e elaborar relatório de Acompanhamento dessa adesão

Formas de cooperação

Articulação

Abrangência

Nacional

Período de execução

A definir

Coordenação

Instituto Ruy Barbosa; TCE-PE

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			19	2	11
					12

OUTRAS AÇÕES

18 | Outras ações: painel de indicadores educacionais

Produto

Desenvolver painel de Indicadores Educacionais na seleção de objetos de auditoria baseada em indicadores (solução definitiva).

Formas de cooperação

-

Abrangência

Todos os TCs - Nacional

Período de execução

2022

Coordenação

-

Deliberações

Pré-requisito pendente | Financiamento Atricon e IRB?

TCU	TCDF	TCE-AC	TCE-AL	TCE-AM	TCE-AP
TCE-BA	TCE-CE	TCE-ES	TCE-GO	TCE-MA	TCE-MG
TCE-MS	TCE-MT	TCE-PA	TCE-PB	TCE-PE	TCE-PI
TCE-PR	TCE-RJ	TCE-RN	TCE-RO	TCE-RR	TCE-RS
TCE-SC	TCE-SE	TCE-SP	TCE-TO	TCM-BA	TCM-GO
TCM-PA	TCM-RJ	TCM-SP	Alta Prioridade	Baixa Prioridade	Vai participar
			15	0	7
					18

Responsabilidade pelo conteúdo

Comitê Técnico da Rede Integrar

Projeto gráfico, diagramação e capa

Secretaria de Comunicação (Secom)

Serviço de Criação e Editoração (Secrid)

Tribunal de Contas da União

SAFS Quadra 4 Lote 1

Edifício Sede

70.042-900, Brasília – DF

(61) 3527-7222

Ouvidoria do TCU

0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Senge/Segedam

